

BOLETIM IMPOSTOS AGRÍCOLAS Nº40

MATÉRIAS DIÁRIAS COM LEIS COMENTADAS

www.impostosagricolas.com.br



Ministério Da Fazenda Avalia Crise No Agronegócio E Os Pedidos Do Setor

Setor pede prorrogação dos financiamentos de investimentos e renegociação dos de custeio, além de liberação de recursos para capital de giro



Qual O Melhor Regime Tributário Para Sua Empresa Em 2024?

Diante de uma enorme complexidade legislativa e tributária nacional, identificar como sua empresa pode evitar pagamentos desnecessários de impostos e ter uma gestão financeira mais...



Tecnologia E Clima Dão Vantagem Competitiva Ao Agronegócio Brasileiro Sobre Países Europeus

Plantar várias safras ao longo do ano em uma mesma área é...



Conselheiro Da União Europeia No Brasil Fala Sobre Os Impactos Do Pacto Verde Europeu No Agro Brasileiro

Durante encontro no ABMRA Ideia Café, Laurent Javaudin explicou...



O Retrocesso Da Segurança Jurídica Para O Agro Em 2024

O setor deve enfrentar embates complexos, sobretudo no âmbito legislativo e judiciário, envolvendo temáticas sensíveis e...



Ministério Da Fazenda Avalia Crise No Agronegócio E Os Pedidos Do Setor

05/02/2024 - resumo

www.impostosagricolas.com.br



A equipe do Ministério da Fazenda está avaliando a crise no agronegócio, principalmente devido a questões climáticas. O setor solicitou medidas como a prorrogação dos financiamentos para investimento com vencimento em 2024 para o último ano do contrato, com manutenção das taxas de juros, renegociação dos financiamentos de custeio, antecipação das operações de pré-custeio e liberação de recursos para capital de giro.

O secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, afirmou que estão montando um diagnóstico e fazendo uma avaliação para entender os problemas específicos do setor agrícola, considerando os impactos da mudança climática.

No entanto, ainda não há uma definição sobre as ações a serem tomadas.

[Fonte: infomoney]



Qual o melhor regime tributário para sua empresa em 2024?

05/02/2024 - resumo

www.impostosagricolas.com.br



Escolher o melhor regime tributário é crucial para a saúde financeira das empresas em 2024. Com a complexidade legislativa e tributária no Brasil, essa decisão impacta diretamente os pagamentos de impostos. Os principais regimes tributários são:

- 1. Lucro Presumido:** Simples de apurar, baseado na presunção de faturamento, com menor risco tributário. No entanto, oferece menos benefícios fiscais.
- 2. Lucro Real Mensal:** Calcula IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido ajustado, permitindo estratégias tributárias e desconto de até 30% em prejuízos anteriores. Exige controles precisos.
- 3. Lucro Real Trimestral:** Similar ao Lucro Real Mensal, mas com recolhimentos trimestrais, adequado para empresas com oscilações sazonais.

Além do impacto nos tributos diretos, a escolha do regime influencia o cálculo de PIS e Cofins. Empresas no Lucro Presumido têm alíquotas menores, enquanto o Lucro Real oferece créditos, tornando vantajoso mesmo com alíquotas maiores. A decisão também afeta a tributação das variações cambiais para empresas com operações no exterior. A consulta a um contador ou especialista em tributação é essencial para uma decisão informada e alinhada às circunstâncias específicas e à legislação vigente.

[Fonte: monitormercantil]



Tecnologia E Clima Dão Vantagem Competitiva Ao Agronegócio Brasileiro Sobre Países Europeus

08/02/2024 - resumo

www.impostosagricolas.com.br



A vantagem competitiva do agronegócio brasileiro sobre os países europeus em 2024 é atribuída à tecnologia e ao clima favorável.

A capacidade de plantar múltiplas safras ao longo do ano, impulsionada pela conquista do Cerrado e pelo uso intensivo de tecnologia, permitiu ao Brasil colher duas safras anuais, aumentando significativamente a produtividade. O país se tornou líder mundial na exportação de milho em 2023, superando os Estados Unidos.

A constante inovação e adaptação tecnológica, combinadas com condições climáticas propícias, conferem ao agronegócio brasileiro uma posição de destaque no cenário global.

[Fonte: g1.globo.com/jornal-nacional]



Conselheiro Da União Europeia No Brasil Fala Sobre Os Impactos Do Pacto Verde Europeu No Agro Brasileiro

06/02/2024 - resumo

www.impostosagricolas.com.br



Durante o ABMRA Ideia Café, o conselheiro para Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Energia da União Europeia no Brasil, Laurent Javaudin, discutiu sobre os riscos e oportunidades do Pacto Verde europeu para o agronegócio brasileiro.

Ele esclareceu que o Pacto Verde visa tornar a Europa neutra em carbono até 2050 e dissociar o crescimento econômico do consumo de recursos naturais. Uma das ações é a proibição da importação de produtos associados ao desmatamento.

Javaudin destacou que o Brasil, com suas políticas de conservação, pode se destacar positivamente com o Pacto, mas sugeriu uma campanha de cooperação entre os governos para melhorar a visão internacional do agronegócio brasileiro.

[Fonte: ABMRA e noticiasagricolas]



O Retrocesso Da Segurança Jurídica Para O Agro Em 2024

09/02/2024 - resumo

www.impostosagricolas.com.br



Em 2024, o setor agropecuário enfrenta desafios legais significativos, marcados por conquistas e debates intensos em 2023 sobre temas cruciais como direito de propriedade, reforma tributária, seguro rural e meio ambiente. Mudanças ministeriais e disputas de competência contribuíram para a instabilidade política. O aumento das invasões de terras e a criação de uma CPI refletem a insegurança no campo. No âmbito judicial, questões como o Marco Temporal das terras indígenas e a Lei da Mata Atlântica resultaram em decisões desfavoráveis para o setor.

Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e a Reforma Tributária, a perspectiva para 2024 é desafiadora, com temas sensíveis, incluindo desdobramentos da Lei do Marco Temporal e debates sobre defensivos agrícolas. A decisão sobre "identidade ecológica" no STF gera preocupações, afetando a compensação ambiental e instrumentos econômicos. A revogação de programas federais de Pagamento por Serviços Ambientais levanta questionamentos sobre a regularização ambiental. Com as barreiras impostas pela União Europeia e a Lei Antidesmatamento, 2024 promete embates jurídicos significativos, influenciando a economia nacional. Diante desse panorama, o setor agropecuário requer monitoramento ativo e participação da sociedade civil para mitigar danos e assegurar a estabilidade econômica.

[Fonte: GloboRural]

